

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A semântica do golpe

digital#wsmuniz30@gmail.com



Pode-se discutir se Bolsonaro de fato tentou um golpe, se apenas o preparou ou se só o acalentou, mas é indiscutível que a ruptura democrática sempre esteve no horizonte bolsonarista

Parece haver controvérsia semântica em relação à tipificação dos crimes de que o então presidente Jair Bolsonaro e alguns de seus auxiliares são suspeitos em razão da investigação da Polícia Federal sobre um suposto complô para subverter o resultado da eleição presidencial de 2022. Há quem diga que se trata de “tentativa” de golpe de Estado, o que acarretaria duras penas aos envolvidos, e há quem sustente que não houve “tentativa”, apenas conversas e etapas preparatórias, o que não configura-

ria crime à luz do diploma legal que trata do assunto, a Lei n.º 14.197/2021.

Nunca é demais salientar a importância da correta tipificação das acusações que provavelmente serão feitas contra Bolsonaro e os demais implicados no caso. Contudo, seja qual for a terminologia jurídica que se use no processo, o fato incontestável é que, a julgar pelo que veio à luz até agora, havia notável ânimo golpista no governo passado. Não se trata de opinião. É um fato – sobre o qual qualquer eventual controvérsia será desde logo falsa, motivada pelo cinismo habitual de

quem explora as garantias constitucionais para defender projetos liberticidas de poder.

Nada disso, aliás, surpreende. Ao longo de mais de três décadas de vida pública, jamais houve por parte de Bolsonaro uma só demonstração de apreço sincero pela ordem constitucional vigente, por mais encubada que fosse. Muito pelo contrário.

Bolsonaro é um golpista de corpo e alma. O mau militar, que deixou o Exército em desonra em 1988, nunca fez as pazes com a redemocratização do País. Desde então, Bolsonaro apenas passou a se servir da política como mero instrumento para continuar fazendo o que fora impedido de fazer nos quartéis: insuflar a baderna, tratar adversários como inimigos e usar a truculência para impor uma agenda – além, é claro, de enriquecer a família.

Por isso, é um escárnio Jair Bolsonaro convocar um “ato pacífico” na Avenida Paulista, previsto para o próximo dia 25, “em defesa do nosso Estado Democrático de Direito” – o mesmo que ele desejava abolir e o mesmo que ele gostaria de ver negado a seus adversários, como deixou claro nas reiteradas vezes em que defendeu até o fuzilamento de quem se lhe opusesse.

O vazo golpista de Bolsonaro fica transparente até mesmo nesse simulacro de defesa do Estado Democrático de Direito. A tal manifestação não se presta a defender coisa alguma a não ser o próprio Bolsonaro. O objetivo do ato é tão escancarado que nem o ex-presidente tergiversou. “Mais do que discursos, (o importante é) uma fotografia de todos vocês (...) para

mostrar para o Brasil e para o mundo a nossa união”, disse Bolsonaro em vídeo divulgado por suas redes sociais. Ora, o que é isso senão uma tentativa – mais uma – de estimular a hostilidade de parte da sociedade contra o STF, que no futuro próximo haverá de julgá-lo?

No momento mais grave de toda a sua trajetória pública, Bolsonaro recorre às massas, por assim dizer, como forma de intimidação das autoridades incumbidas de investigar e julgar sua responsabilidade pela tentativa de golpe de Estado. Sob essa lógica truculenta, quanto mais gente na Avenida Paulista, mais receosas ficariam as autoridades, em particular os ministros do STF, em punir Bolsonaro. Portanto, está-se diante de mais um ato de insubmissão do ex-presidente ao mesmo Estado Democrático de Direito – que tem no devido processo legal um de seus pilares mais sólidos – que ora ele diz querer defender.

A rigor, no último domingo de fevereiro pode haver poucas dezenas de apoiadores em frente ao Masp ou dez quarteirões da Avenida Paulista ocupados por bolsonaristas. As instituições não podem usar a eventual baixa adesão ao ato para acelerar punições, tampouco se curvar às multidões. No regime republicano, impera a lei. E as autoridades devem se ater ao seu estrito cumprimento.

No mais, enquanto os juristas se entregam à discussão sobre as virgulas das acusações contra Bolsonaro, não há dúvida de que, no julgamento moral, o ex-presidente já foi condenado há muito tempo. ●

Um mundo mais inseguro

Ao torpedear a Otan em busca de votos, Trump não só encoraja aventureiros autocratas e trai a confiança de democracias aliadas, como também ameaça a segurança de seu próprio povo

Em um comício recente, o ex-presidente dos EUA e favorito à nomeação do Partido Republicano para a disputa presidencial deste ano, Donald Trump, disse que “encorajaria” a Rússia a “fazer o que bem entender” com os países da Otan que não cumprem a meta da aliança de gastar 2% do PIB com defesa.

Há uma base factual para essa provocação. Desde o fim da guerra fria, os países europeus aquiesceram à complacência em relação à defesa militar. Trump não foi o primeiro presidente americano a se queixar de seu déficit de gastos. Mas uma coisa é incentivar e mesmo pressionar parceiros de uma aliança a cumprir compromissos assumidos nela a fim de fortalecê-la. Outra é torpedear o coração mesmo dessa

aliança – no caso, o artigo 5, que determina que um ataque a um dos membros é um ataque a todos.

A capacidade dissuasória de uma aliança militar depende de duas coisas: o poder de agir e a vontade de agir. Críticas ao potencial militar de muitos membros da Otan são legítimas. Mas, em primeiro lugar, é preciso contextualizá-las. Desde que a Rússia anexou a Crimeia, em 2014, os gastos com defesa aumentaram em 27 dos 31 membros. Entre 2017 e 2020, o número de membros que atingiram a meta de 2% aumentou de quatro para nove. Após a invasão da Ucrânia chegaram a 11, e os gastos com equipamentos militares da Otan aumentaram em 25%. A expectativa em 2024 é de que 18 membros ultrapassem a meta de 2%.

Tudo isso ainda pode ser insuficien-

te. Mas, quando o principal parceiro da aliança sinaliza que pode abandonar os outros à própria sorte, ela já é de imediato enfraquecida e, na pior das hipóteses, pode desmoronar. “Qualquer sugestão de que aliados não defenderão uns aos outros mina toda a nossa segurança, incluindo a dos EUA, e põe soldados americanos e europeus em risco crescente”, advertiu o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, em resposta a Trump. Essa constatação óbvia serve de alerta às lideranças europeias e aos eleitores americanos e seus representantes.

Os europeus precisam aceitar que o risco de terem de se defender sozinhos é real e imediato. De pronto, precisam se organizar para fornecer mais armas e munição à Ucrânia. Além disso, precisam acelerar os gastos em defesa e a modernização de suas forças. Sem os EUA, mesmo um gasto de 3% do PIB em defesa pode ser insuficiente.

A desmoralização da Otan é uma ameaça à segurança dos EUA. Se os membros de uma aliança multilateral não podem contar com o apoio do país que a liderou em seus mais de 80 anos de existência no momento em que a Europa sofre sua maior ameaça desde a 2.ª Guerra, tanto maior será a desconfiança de aliados bilaterais ou informais no Oriente Médio (como Israel ou Arábia Saudita) ou no Pacífico (como Japão, Austrália e Coreia do Sul), e

tanto mais encorajados se sentirão os inimigos do país, como a Rússia, a China e o Irã.

A irresponsabilidade de Trump é patente quando ele aceita pagar esse preço na expectativa de debilitar a campanha à reeleição de seu adversário, o presidente Joe Biden. Mesmo após senadores republicanos e democratas terem engendrado um pacote de apoio à Ucrânia, Israel e Taiwan condicionado a mais recursos à defesa das fronteiras contra imigrantes ilegais, os congressistas trumpistas estão sabotando essas medidas para disseminar a percepção de uma administração caótica e fracassada nas políticas domésticas e internacionais.

As democracias liberais precisam fazer seus cálculos de defesa considerando o pior dos cenários: não tanto o isolacionismo dos EUA, mas um unilateralismo imprevisível e irresponsável. Elas podem nutrir a esperança de que os eleitores americanos saibam punir quem realmente está atentando contra a segurança de seu país e traindo a confiança de seus aliados, mas precisa se preparar para o pior. Com Trump no poder, as democracias já não poderão contar com o apoio dos EUA. Os autocratas de todo o mundo se sentirão mais encorajados em suas aventuras revisionistas e imperialistas. A corrida armamentista vai se acelerar. Será, em resumo, um mundo mais perigoso. ●